

CONTRATO Nº 0069/14

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
PSICOPEDAGOGO**

Pelo presente instrumento particular de Contrato que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE IBICARÉ, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.448/0001-30 com sede na Rua Dom Pedro II, 133, CEP 89.640-000, neste ato representado por seu Prefeito Ari Ferrari, inscrito no CPF sob o nº 345.200.409-06 e portador da Carteira de Identidade nº 11/R 549.064 -SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a senhora ERICA TOMAZI RIBEIRO, pessoa física, inscrita no CPF 050.423.679-26, Psicopedagoga, inscrita no CRP nº 12/09941, residente e domiciliada na Rua Gisela Yhaler, 277, centro, no município de Treze Tílias-SC, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Este contrato tem origem no Processo Licitatório nº 0023/2014, Pregão Presencial nº 0014/2014, conforme Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 com aplicação subsidiária da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de atendimento aos alunos que apresentam dificuldades ou transtornos de aprendizagem.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO

Os serviços deverão ser prestados aos alunos que necessitarem com atendimento individual ou em grupos de até 05 alunos, na Escola Municipal Madre Leontina, sito a Rua São José, 140, neste município e a domicílio, conforme estipulado pela secretaria de Educação, Cultura, esporte e Turismo. O Contratado irá perfazer uma jornada de trabalho de 08 (oito) horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço ajustado para a execução do objeto será de **R\$50,00 (cinquenta reais) por hora**. O pagamento e liquidação das notas fiscais, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito até o dia 5 do mês subsequente ao dos serviços prestados e mediante relatório dos serviços prestados pelo contratado, com o aval da Secretaria responsável.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de recursos próprios das seguintes dotações orçamentárias, relativo ao exercício de 2014:

Órgão SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
Atividade Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e valorização do Magistério
Mod. Aplicação Aplicações Diretas
Conta 05.0501.12.306.2013.-33900000 .0100

Atividade Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e valorização do Magistério
Mod. Aplicação Aplicações Diretas
Conta 05.0501.12.306.2013.-33900000 .0101

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA

O período de vigência do referido contrato será a partir da sua assinatura até o dia **31 de Dezembro de 2014**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I – Prestar os serviços contratados, no local indicado, obedecendo as especificações mínimas do objeto, bem como, ressarcimento de quaisquer danos decorrentes da realização dos serviços, causados a esta municipalidade;

II – Permitir que os Prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços;

III – Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato;

IV – Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários e demais tributos de sua responsabilidade;

V – Obriga-se a manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do contrato pelo não cumprimento do mesmo;

VI – Cumprir o disposto no Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, de acordo como previsto no Inciso V do Artigo 27 da Lei nº 8666 de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854 de 27 de outubro de 1999.

VII – Cumprir todas as exigências da Secretaria.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I – promover através do seu representante, o acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio falhas detectadas e comunicar as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II – Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

III – Receber os serviços contratados, as notas fiscais e cumprir as condições de pagamento.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 2% sobre o valor da proposta;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos;
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, mediante circunstanciada justificativa, por qualquer dos motivos constantes no art. 78, da Lei nº 8.666/93 atualizada, conforme o caso. Em havendo rescisão administrativa, ficam conhecidos os direitos do município, nos termos do Artigo 77 da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO:

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente ao Pregão Presencial n. 0014/2014, indenizando o contratado pelo fornecimento dos serviços até então efetuado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Pregão Presencial n. 0014/2014, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, á autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LIBERAÇÃO

Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da nº 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibicaré (SC), 26 de março de 2014.

ARI FERRARI
Prefeito
Prefeitura de Ibicaré
Contratante

ERICA TOMAZI RIBEIRO
CPF N° 050.423.679-26
CRP n° 12/09941
Contratado

TESTEMUNHAS :

.....
Nome: Sérgio dos Santos
CPF: 746.112.919-87

.....
Nome: Elizabeth Rambo
CPF: 486.270.119-15

Visto

JANAINA BAREA CORBARI
advogado
OAB/SC – 19.256